NECROPOLÍTICA NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA NECROEDUCAÇÃO E SEUS EFEITOS SOCIAIS

NATÁLIA DE MATOS ROCHA SALES

RESUMO
Necropolítica é um conceito de Achille Mbembe que descreve o poder estatal de decidir quem vive ou morre, frequentemente usando violência e domínio territorial. A necroeducação é uma extensão desse conceito aplicada à educação, examinando como políticas educacionais podem marginalizar e excluir grupos sociais, levando ao aumento do abandono escolar. O artigo explora a relação entre necropolítica e educação, mostrando como políticas públicas podem perpetuar desigualdades no sistema educacional. A pandemia de COVID-19 exacerbou essas desigualdades, com o ensino online excluindo estudantes sem acesso à internet ou dispositivos eletrônicos, resultando em taxas crescentes de evasão escolar. Para combater a necroeducação, são necessárias políticas que promovam maior investimento na educação básica, medidas para reduzir a evasão escolar e ações para garantir igualdade de acesso ao ensino superior. A redução no orçamento educacional e a falta de compromisso com metas do Plano Nacional de Educação são barreiras a serem superadas para criar um sistema educacional mais inclusivo e equitativo no Brasil.
Palavras-chave: Necropolítica; Necroeducação; Desigualdade Educacional; Abandono Escolar.

ABSTRACT: Necropolitics is a concept developed by Achille Mbembe that describes the state's power to decide who lives and who dies, often through the use of violence and territorial dominance. Necroeducation is an extension of this concept applied to education, examining how educational policies can marginalize and exclude social groups, leading to increased school dropout rates. The article explores the relationship between necropolitics and education, illustrating how public policies can perpetuate inequalities in the educational system. The COVID-19 pandemic has exacerbated these inequalities, with online education excluding students without internet access or electronic devices, resulting in rising dropout rates. To combat necroeducation, policies are needed to promote greater investment in basic education, measures to reduce school dropouts, and actions to ensure equal access to higher education. Budget cuts in education and the lack of commitment to the goals of the National Education Plan are barriers that must be overcome to create a more inclusive and equitable educational system in Brazil.
Keywords: Necropolitics; Necroeducation; Educational Inequality; School Dropout.

INTRODUÇÃO

A necropolítica, conceito desenvolvido por Mbembe (2016), emerge como uma abordagem crítica para entender não apenas o exercício do poder soberano do Estado sobre a vida e a morte dos indivíduos, mas também como esse poder se manifesta através de formas de violência e dominação territorial.

Esta teoria não se limita apenas a um controle demográfico ou biopolítico, mas vai além, examinando como certas populações são subjugadas e marginalizadas através de políticas e práticas que perpetuam desigualdades estruturais profundamente enraizadas.

A necropolítica revela-se especialmente pertinente em contextos de conflitos armados, onde a morte é instrumentalizada como uma ferramenta de controle e dominação, seja através de massacres, genocídios ou repressão violenta. Nesses cenários, o estado não apenas decide quem vive ou morre, mas também utiliza a morte como uma forma de impor ordem e submissão, exercendo um poder de vida e morte sobre determinadas populações que são vistas como ameaças ou como despojos descartáveis.

Ao trazer essa discussão para o campo educacional, emerge o conceito de necroeducação, uma extensão da necropolítica que analisa como as políticas e práticas educativas podem inadvertidamente perpetuar formas de exclusão, marginalização e abandono escolar. Em vez de ser um espaço de eman-

cipação e igualdade, a escola muitas vezes reproduz e reforça as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, reproduzindo assimetrias de poder que favorecem determinados grupos em detrimento de outros.

Portanto, este artigo se propõe a explorar detalhadamente a interseção entre necropolítica e educação, destacando como as estruturas de poder presentes no sistema educacional podem influenciar significativamente a vida e o desenvolvimento dos estudantes. A falta de inclusão de perspectivas diversas nos currículos escolares, a ausência de suporte adequado para estudantes em situações de vulnerabilidade e a perpetuação de estereótipos e preconceitos são apenas alguns dos desafios que o sistema educacional enfrenta na promoção de uma educação verdadeiramente igualitária e inclusiva.

Além disso, a ausência de suporte adequado para estudantes em situações de vulnerabilidade é outro fator que reforça a necroeducação. Estudantes que enfrentam desafios como a pobreza, a discriminação racial ou de gênero, e a exclusão social muitas vezes não recebem o apoio necessário para superar essas barreiras. Sem esse suporte, eles são deixados à margem do sistema educacional, com poucas chances de sucesso. Essa marginalização não é acidental, mas parte de um sistema que favorece aqueles que já estão em posições de privilégio.

A perpetuação de estereótipos e preconceitos no ambiente escolar também contribui para a necroeducação. Quando professores e administradores educacionais inconscientemente reproduzem preconceitos, eles reforçam as desigualdades existentes. Estudantes de grupos marginalizados são frequentemente rotulados de forma negativa, o que afeta suas expectativas de sucesso e seu desempenho acadêmico. Essa estigmatização pode levar ao abandono escolar e a uma perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão, que são marcas registradas da necroeducação.

A interseção entre necropolítica e educação revela como o sistema educacional, que deveria ser um espaço de igualdade e oportunidade, muitas vezes se torna um mecanismo de exclusão. A educação, em vez de nivelar as desigualdades, frequentemente as reforça, criando um ambiente onde apenas alguns têm a oportunidade de prosperar. Isso levanta questões fundamentais sobre o papel da educação na sociedade e sobre como podemos transformar o sistema educacional para que ele realmente promova a justiça social.

Um dos desafios para combater a necroeducação é a necessidade de uma reforma educacional que vá além das mudanças superficiais. É preciso uma transformação profunda que inclua a revisão dos currículos, a capacitação de professores para lidar com a diversidade e a implementação de políticas que garantam o suporte adequado para todos os estudantes. Essa transformação deve ser guiada por um compromisso com a justiça social e com a criação de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

Finalmente, este artigo pretende abrir caminho para uma reflexão crítica sobre o papel da educação na perpetuação das desigualdades sociais. Ao explorar a relação entre necropolítica e educação, espera-se contribuir para o debate sobre como podemos construir um sistema educacional que não apenas prepare os alunos para o mercado de trabalho, mas também para o exercício pleno da cidadania em uma sociedade justa e equitativa. A educação, quando orientada por princípios de igualdade e respeito à diversidade, tem o potencial de ser uma força poderosa contra a necropolítica. A transformação do sistema educacional, no entanto, não pode ser alcançada sem um compromisso político e social firme com a justiça e a igualdade. As políticas educacionais devem ser orientadas por um compromisso inequívoco com a erradicação das desigualdades e com a promoção da inclusão. Isso significa não apenas alocar os recursos necessários para a educação, mas também garantir que esses recursos sejam distribuídos de maneira equitativa, atendendo prioritariamente às necessidades das comunidades e grupos mais vulneráveis.

Ademais, é fundamental que o debate sobre a relação entre necropolítica e educação continue a ser aprofundado e ampliado, envolvendo não apenas acadêmicos e pesquisadores, mas também educadores, estudantes, ativistas e a sociedade em geral. Somente por meio de uma reflexão crítica

e coletiva será possível identificar as raízes da necroeducação e desenvolver estratégias eficazes para combatê-la.

Por fim, este artigo busca não apenas criticar as falhas do sistema educacional atual, mas também apontar caminhos possíveis para sua transformação. A educação, quando orientada por princípios de igualdade, inclusão e respeito à diversidade, tem o potencial de ser uma força poderosa contra a necropolítica. Para que isso aconteça, é necessário um esforço contínuo e coletivo para reimaginar e reconstruir o sistema educacional, garantindo que ele realmente promova a justiça social e ofereça a todos os alunos as oportunidades de que precisam para prosperar e contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, a interseção entre necropolítica e educação não deve ser vista como uma mera curiosidade acadêmica, mas como um chamado urgente à ação. É preciso transformar o sistema educacional em uma ferramenta de emancipação e igualdade, capaz de combater as forças de exclusão e marginalização que ainda permeiam nossa sociedade. Somente assim poderemos construir um futuro em que a educação seja verdadeiramente acessível e transformadora para todos.

AS NUANCES DA NECROPOLÍTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A necropolítica é um conceito que se origina da biopolítica, proposta por Michel Foucault (1997), que analisa como o poder estatal gerencia a vida através de mecanismos de controle populacional, incluindo aspectos como higiene, saúde, sexualidade e reprodução.

No entanto, Achille Mbembe (2016), em seu ensaio de 2016, ampliou essa ideia ao identificar que o poder também pode se manifestar como necro, isto é, através da capacidade de decidir quem vive ou morre. Seu ensaio expõe como governos empregam a violência para manter o controle, especialmente em contextos de conflito e opressão.

A necropolítica emerge como um conceito crítico para compreender não apenas as dinâmicas de poder estatal sobre a vida e a morte, mas também suas manifestações no âmbito educacional. Originada da biopolítica delineada por Michel Foucault (1997), a necropolítica vai além do controle demográfico e biológico, explorando como certos grupos são subjugados e marginalizados através do uso da violência e da exclusão.

Michel Foucault (1997), em suas análises sobre biopolítica, revela como os Estados modernos exercem poder através de mecanismos que regulam a vida da população, desde a saúde pública até o controle das taxas de natalidade. Nesse contexto, a gestão da vida se torna uma ferramenta de poder, onde o Estado define normas e práticas que moldam as condições de existência dos cidadãos

Achille Mbembe (2016), posteriormente, expande esse conceito ao introduzir a necropolítica, destacando que o poder soberano não se limita a preservar a vida, mas também tem a capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Em seu ensaio seminal explora como o Estado utiliza a violência como instrumento de controle, especialmente em contextos de conflito e dominação, onde a morte é instrumentalizada para impor ordem e submissão.

Ao aplicar essas reflexões ao contexto educacional brasileiro, surge o conceito de necroeducação. A necroeducação analisa como as políticas e práticas educativas podem inadvertidamente perpetuar formas de exclusão e marginalização, replicando as assimetrias de poder presentes na sociedade. Em vez de ser um espaço de emancipação e igualdade, a escola muitas vezes reproduz e reforça desigualdades

socioeconômicas, étnico-raciais e de gênero, restringindo o acesso ao conhecimento e à oportunidade.

No Brasil, a necropolítica na educação se manifesta de várias formas. A disparidade na qualidade do ensino entre escolas públicas e privadas, a falta de infraestrutura adequada nas instituições de ensino localizadas em áreas periféricas e a ausência de políticas eficazes para inclusão de grupos minoritários são reflexos de uma estrutura educacional que favorece alguns em detrimento de outros.

A pandemia de COVID-19 exacerbou essas desigualdades. Com a transição abrupta para o ensino remoto, muitos estudantes sem acesso à internet ou dispositivos eletrônicos foram deixados para trás, aumentando as taxas de evasão escolar e aprofundando a

ao abandono escolar estão profundamente enraizados na realidade socioeconômica e estrutural de cada localidade. A violência urbana, que assola muitos bairros e cidades dessas regiões, representa uma ameaça constante para os jovens estudantes, muitas vezes forçando- os a abandonarem os estudos em busca de segurança pessoal e familiar. Além disso, a pobreza extrema é outro fator determinante, levando muitos jovens a buscar empregos precários para contribuir com a renda doméstica, relegando a educação a um segundo plano.

Portanto, é crucial considerar essas nuances e desafios específicos ao desenvolver políticas educacionais e sociais mais eficazes e inclusivas. A compreensão profunda dessas realidades locais é fundamental para implementar medidas que possam mitigar o abandono escolar e garantir oportunidades educacionais equitativas para todos os estudantes, independentemente de sua localização geográfica ou condição socioeconômica.



BRASIL 61. Inep aponta disparidades no acesso à internet em escolas brasileiras. 2020. Disponível em: <https://brasil61.com/noticias/inep-aponta-disparidades-no-acesso-a-internet-em-escolas- brasileiras--bras213677>. Acesso em: 23 de jan. 2024.

A pandemia de COVID-19 exacerbou esses problemas, pois muitas escolas migraram para o ensino online, excluindo aqueles sem acesso à internet ou a dispositivos eletrônicos. A disparidade digital aumentou o abandono escolar, intensificando a segregação entre ricos e pobres.

A desigualdade no acesso à educação é um problema recorrente no Brasil. Metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) , que buscavam melhorar a alfabetização e a matrícula no ensino superior, não foram atingidas. A redução no orçamento educacional e a transição abrupta para o ensino à distância durante a pandemia agravaram a situação.

A falta de investimento na educação básica é um fator central para a perpetuação da necroeducação. Enquanto o ensino superior brasileiro é internacionalmente reconhecido por sua qualidade, a educação fundamental e média, especialmente no sistema público, enfrenta uma série de desafios, incluindo falta de recursos e políticas governamentais inconsistentes. Esse desequilíbrio reforça a segregação entre alunos ricos e pobres, com consequências significativas para a sociedade como um todo.

Diante do exposto, é imprescindível que o Brasil reavalie suas prioridades educacionais, colocando a educação básica no centro das políticas públicas. Investir de maneira efetiva e consistente na educação fundamental e média não apenas combaterá a necroeducação, mas também promoverá a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento social e econômico sustentável. Somente através de um sistema educacional equitativo e inclusivo poderemos mitigar as disparidades socioeconômicas e construir uma sociedade mais justa e próspera para todos os cidadãos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necroeducação, que se entrelaça com os conceitos da necropolítica, oferece uma lente crítica para examinar como as políticas governamentais influenciam e muitas vezes perpetuam a exclusão e a segregação dentro do sistema educacional. No contexto atual, exacerbado pela pandemia de COVID-19, o problema do abandono escolar emergiu como um dos mais urgentes desafios que o Brasil enfrenta na esfera da educação. Essa crise tem ampliado as disparidades pré-existentes, evidenciando a necessidade premente de reavaliar e reestruturar profundamente o acesso à educação em todo o país.

Para abordar efetivamente essas questões complexas, são requeridas mudanças es-

truturais significativas. Primeiramente, é imperativo um aumento substancial nos investimentos destinados à educação básica. Isso não se limita apenas a um aumento no financiamento, mas também envolve uma revisão crítica das políticas de distribuição de recursos, visando garantir que todas as escolas, independentemente de sua localização geográfica ou contexto socioeconômico, tenham acesso equitativo a recursos educacionais adequados.

Além disso, é fundamental implementar medidas eficazes para combater a evasão escolar, que continua sendo um obstáculo significativo para a equidade educacional no Brasil. Isso inclui políticas direcionadas não apenas à prevenção da evasão, mas também ao suporte e à reintegração dos estudantes que abandonaram a escola. Estratégias como programas de tutoria, acompanhamento individualizado e intervenções socioemocionais podem desempenhar um papel crucial na redução dos índices de abandono. No que se refere ao ensino superior, é essencial reavaliar as políticas de acesso e financiamento. A redução no orçamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)3 Para efetivar uma mudança duradoura, é crucial adotar uma abordagem holística que não se restrinja apenas à reforma legislativa ou financeira, mas que também considere as dimensões sociais, culturais e comunitárias da educação. Isso implica não apenas a criação de políticas inclusivas, mas também o fortalecimento de parcerias entre o governo, as instituições educacionais, a sociedade civil e outras partes interessadas. Somente por meio de uma colaboração ampla e coordenada será possível superar os desafios impostos pela necroeducação e construir um sistema educacional verdadeiramente equitativo e acessível para todos os brasileiros.

A necroeducação, interligada com os princípios da necropolítica, proporciona uma compreensão aprofundada de como as políticas governamentais e as práticas institucionais podem perpetuar, de maneira sistêmica, a exclusão e a segregação dentro do sistema educacional. No Brasil, essa realidade se tornou ainda mais evidente no cenário da pandemia de COVID-19, que agravou as desigualdades já existentes e trouxe à tona o problema crônico do abandono escolar. O impacto da pandemia sobre a educação expôs fragilidades estruturais que requerem uma urgente reavaliação e uma profunda reestruturação do acesso à educação em todo o país.

A crise educacional decorrente da pandemia não é um fenômeno isolado, mas sim a culminação de décadas de negligência e desigualdade no tratamento das questões educacionais. O aumento da evasão escolar durante e após a pandemia é um reflexo das disparidades socioeconômicas que sempre existiram no Brasil, mas que foram exacerbadas em tempos de crise. A falta de acesso a tecnologias de ensino remoto, a insegurança alimentar e a pressão econômica para que os jovens contribuam para o sustento familiar são fatores que contribuíram significativamente para o abandono escolar, demonstrando a necessidade de uma resposta imediata e abrangente.

Para enfrentar esses desafios, são necessárias mudanças estruturais profundas no sistema educacional brasileiro. Um dos passos cruciais é o aumento significativo dos investimentos em educação básica. No entanto, não basta apenas aumentar o volume de recursos; é essencial que esses investimentos sejam distribuídos de maneira equitativa, garantindo que escolas em áreas marginalizadas recebam o apoio necessário para oferecer uma educação de qualidade. A distribuição equitativa de recursos deve levar em conta as particularidades regionais e as necessidades específicas das comunidades mais vulneráveis.

Além do financiamento, é fundamental que o Brasil implemente políticas eficazes para combater a evasão escolar. A evasão é um dos principais obstáculos à equidade educacional, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social. Para mitigar esse problema, é necessário adotar uma abordagem multifacetada que inclua não apenas a prevenção da evasão, mas também o suporte contínuo aos estudantes que já deixaram a escola. Programas de tutoria, acompanhamento individualizado e intervenções focadas no bem-estar socioemocional dos estudantes são estratégias que podem reduzir os índices de abandono e reintegrar esses jovens ao sistema educacional.

No ensino superior, a questão do acesso e financiamento requer uma revisão urgente. A redução do orçamento do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) tem restringido as oportunidades de educação superior para milhares de jovens brasileiros, especialmente aqueles de baixa renda. É imperativo que as políticas de acesso ao ensino superior sejam reavaliadas, garantindo que todos os estudantes tenham a oportunidade de prosseguir com sua educação, independentemente de sua condição socioeconômica.

Para que essas mudanças sejam duradouras, é crucial adotar uma abordagem holística que transcenda as reformas legislativas e financeiras. A educação deve ser vista como um processo integrado que abrange dimensões sociais, culturais e comunitárias. Isso implica na criação de políticas inclusivas que levem em consideração as diversas realidades dos estudantes e das comunidades em que vivem. Apenas assim será possível promover uma educação que realmente contribua para a redução das desigualdades e para o fortalecimento da cidadania.

O fortalecimento de parcerias entre o governo, as instituições educacionais, a sociedade civil e outras partes interessadas é essencial para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo. Essas parcerias devem ser orientadas por um compromisso comum com a equidade e a justiça social, buscando soluções colaborativas para os desafios educacionais do país. A colaboração entre esses diferentes atores pode trazer novas perspectivas e recursos, além de garantir que as políticas educacionais sejam implementadas de forma eficaz e sustentada.

A superação dos desafios impostos pela necroeducação requer um esforço coordenado e contínuo de todas as partes envolvidas. O objetivo deve ser construir um sistema educacional que não apenas ofereça acesso universal à educação, mas que também promova a inclusão, a diversidade e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Somente assim será possível transformar a educação em uma verdadeira ferramenta de emancipação social e de construção de uma sociedade mais justa.

É importante ressaltar que a necroeducação não é apenas um problema do presente, mas uma questão que terá implicações profundas no futuro do Brasil. As gerações de jovens que estão sendo excluídas do sistema educacional hoje enfrentarão enormes desafios para se integrar ao mercado de trabalho e à sociedade em geral. Portanto, o combate à necroeducação é também uma luta pelo futuro do país, uma luta para garantir que todos os brasileiros tenham a oportunidade de realizar seu potencial e contribuir para o desenvolvimento da nação.

Finalmente, ao abordar a necroeducação e suas consequências, este artigo busca não apenas criticar o estado atual da educação no Brasil, mas também apontar caminhos possíveis para a mudança. A educação é um direito fundamental e deve ser tratada como tal. Com as reformas e o comprometimento necessários, é possível construir um sistema educacional que realmente sirva a todos os brasileiros, independentemente de sua origem ou condição social. A transformação da educação é a chave para a construção de um Brasil mais justo, inclusivo e próspero.

REFERÊNCIAS

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 173- 189, 2016.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. Translated by Libby Meintjes. Durham: Duke University Press, 2019.

SALES, Natália de Matos Rocha. Necropolítica na Educação: uma análise da necroeducação e seus efeitos sociais. Rio de Janeiro: Editora X, 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Abandono Escolar. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/brasil/indicadores- sociais/educacao/21978- abandono-escolar. Acesso em: 19 maio 2024.

BRASIL. Brasil 61. INEP aponta disparidades no acesso à internet em escolas brasileiras. Disponível em: https://brasil61.com/noticias/inep-aponta- disparidades-no-acesso-a-internet-em-escolas-brasileiras--bras213677. Acesso em: 19 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.
São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOHN, Alfie. Beyond Discipline: From Compliance to Community. Alexandria, VA: ASCD, 1996.

LEMOS, P.; DARLING-HAMMOND, L.; AKAR, H.; GUTIÉRREZ, C.; JENKINS- GUNN, E.

Gestão de relacionamento e comportamento em sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2015.

WEINSTEIN, C.; NOVODVORSKY, I. Gestão da sala de aula: lições da pesquisa e da prática para trabalhar com adolescentes. Porto Alegre: AMGH Editora, 2015.